

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO OESTE BAIANO

SPORT AND LEISURE PUBLIC POLICIES IN WEST OF BAHIA STATE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEPORTE Y OCIO EN EL OESTE BAIANO

Marlaine Lopes de Almeida¹

marlainelopes@ifba.edu.br

Isis Santos Moreira Carvalho¹

isismoreira8@gmail.com

Bruno Anunciação dos Santos²

bruno.kibro@gmail.com

¹Instituto Federal da Bahia (IFBA)

²Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC)

PALAVRAS-CHAVE: *Territórios de Identidade; Políticas públicas de esporte e lazer; consórcios.*

O presente estudo teve como objetivo conhecer o panorama das políticas públicas para o esporte e lazer nos territórios de identidade: 02 -Velho Chico, 11 - Bacia do Rio Grande, 23 - Bacia do Rio Corrente. A investigação compõe parte de um plano de ações da pesquisa desenvolvida pelo Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer da Bahia (CDPPEL - BA). Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa. Para o suporte teórico, consultamos Santos (1996) para o entendimento sobre Território de Identidade; Starepravo, Souza e Marchi Junior (2011) para tratar de Políticas Públicas; e, Brasil (1996) para dialogar sobre Consórcios.



A relevância desta pesquisa justifica-se por entender que as políticas públicas de esporte e lazer representam um artifício importante para um ente federativo. Através delas realizam-se ações cujo o compromisso deve estar voltado para atender as demandas sociais, de modo que os recursos públicos sejam alocados de acordo com as lacunas setoriais em prol do bem estar coletivo. De um modo geral, as políticas públicas devem ser percebidas como um produto do espaço social, que perpassa por um processo de ordenamento de arranjos estruturais e políticos, no qual a finalidade é executar ações proativas visando o exercício da cidadania.

As primeiras aproximações com o campo investigativo se deram por meio das análises das páginas oficiais, seguida do curso de formação com os gestores de esporte e lazer, e, de observações sistemáticas nos referidos municípios, consolidando portanto, uma tríade diagnóstica das diferentes etapas.

Considerando que os governos eletrônicos são relevantes fontes documentais, foi constatada condições de restrições de acesso às políticas setoriais sistemáticas para consulta da população. Desse modo, importa afirmar que os e-govs, carecem de constantes atualizações e/ou alimentação, tanto por se constituírem como uma ferramenta tecnológica moderna e eficiente para divulgar as ações de interesse da população, como pela possibilidade de dialogar com os princípios da transparência pública e o direito à informação.

Nota-se também que as ações de esporte e lazer frequentemente promovidas, estão relacionadas a eventos esportivos momentâneos (campeonatos, torneios, ligas) que são movidos por uma predileção, da população dos territórios, em participar e apreciar os eventos de futsal e/ou futebol. E, embora estes eventos sejam representados com bastante expressividades nos municípios, eles não visam ações permanentes, que proporcionem à população uma experiência contínua com o esporte e o lazer. Não identificamos a cultura estabelecimento de consórcios, nem de participação de editais de fomento para ações voltadas ao esporte e lazer de forma contínua.

Do ponto de vista dos projetos e ações, faz-se necessário romper com a monocultura do futebol, e gradualmente, construir programas que contemplem a diversidade de possibilidades que a cultura corporal apresenta. Pensando, numa educação corporal da infância à terceira idade, numa perspectiva de saúde preventiva, de manifestação recreativas e esportivas.

Cabe pontuar como desafios estratégicos a própria edificação das políticas públicas setoriais nos municípios. No contexto desta investigação, no que diz respeito as competências necessárias aos gestores, é preciso pensar na formação continuada e na constância do diálogo acadêmico com os setores administrativos de órgãos públicos, com o intento de contribuir com o processo de planejamento de políticas públicas e de afirmação do direito ao esporte e lazer como um exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Constituição*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:Senado, 1988.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Políticas públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. In.: *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 17, n.03, p. 233-251, jul/set de 2011.

OLIVEIRA, Larissa Guimarães; LEIRO, Augusto Cesar. Governo eletrônico e política de esporte: Mercosul na telinha. In.: *Políticas de Esporte e Lazer: diálogos*. SANTOS, Edmilson Santos dos; LEIRO, Augusto Cesar. (Org.). Petrolina, PE: UNIVASF, 2015.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996. (Coleção Espaços).

